

AMAZONAS - Os Desafios do Desenvolvimento Econômico Local I

Nilson Pimentel (*)

17/03/2017

Sempre se questiona as razões que levam os governos a direcionar suas ações contrárias aos objetivos da sociedade, pondo em risco a eficiência na aplicação dos recursos escassos que em última instância pertencem a todos dessa mesma sociedade.

Visto assim, nos deparamos com vultosos volumes de recursos desperdiçados em propaganda de governos (estadual e municipal), no mínimo de gosto e veracidade duvidosos.

Para os economistas desenvolvimentistas que se reúnem no Clube de Economia da Amazônia (CEA), aqui no Amazonas e não é muito diferente dos outros estados da Amazônia Ocidental que estão arraigadas a certas práticas de gestão pública prejudiciais às políticas de Estado em que os governantes caminham por estreitos do imediatismo que não conseguem superar velhas práticas ou velhos paradigmas, em vista das alterações e mudanças que o sistema econômico impõe.

Ainda não foi encontrado nenhum outro caminho que não tenha sido do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM), agora traduzido por seu Polo Industrial de Manaus (PIM), polo de atividades econômicas dinâmicas voltadas às commodities eletroeletrônicas, as quais não se conseguem nenhuma aderência às atividades da econômica endógena do Amazonas.

Um fato ocorrido recentemente estava com dois pesquisadores de Denver, da Universidade do Colorado que nos visitava, levando-os ao desembarque do pescado nos atracadouros da Panair, nos quais permanecemos até manhã do outro dia, observando e documentando toda operação e movimentação daquela atividade, chegando à constatação que se desperdiça, na entressafra do pescado, de 5 a 8 toneladas de peixes ao dia, jogadas diretamente no lixo e na safra até 15 toneladas/dia, informações colhidas dos próprios trabalhadores do local.

O diálogo que se seguiu foram os americanos dizendo que somos muito ricos, e minha interrogação para saber daquela constatação, pois eles disseram que o Amazonas desperdiça um dos produtos mais caros e escassos do mundo, a proteína animal da melhor qualidade proveniente do peixe.

E daí decorreu uma das mais acaloradas discussões no CEA, de que ainda não se aprendeu, por intermédio dos conhecimentos científicos, tecnológicos e inovativos o que fazer com toda essa riqueza que representa esse bioma amazônico, um verde e vasto mundo de águas e florestas, onde as copas de árvores imensas escondem o úmido nascimento, reprodução e morte de mais de um terço das espécies que vivem sobre a Terra, e que o Amazonas faz parte, pois assim mesmo, após 50 anos de fausto do projeto ZFM continuamos uma sociedade pobre e carente vivendo em meio da riqueza.

Esses imensos recursos, além da madeira, do pescado, dos répteis, quelônios, minérios, ervas, óleos e extratos naturais, além do imensurável potencial da indústria do turismo, por exemplo, representam uma abundante fonte de riqueza natural.

Por outro lado, toda essa riqueza se contrapõe aos baixos índices sociais e econômicos da região, baixa densidade demográfica, crescente processo de urbanização das sedes municipais, sem tratar da explosão que a capital Manaus passou nesses últimos 50 anos e ainda passa atualmente, que para os pesquisadores do CEA o uso dos recursos naturais é estratégico para o desenvolvimento econômico regional e não se tem outras oportunidades para desenvolvimento econômico regional que não seja de base endógena.

Entretanto, como a Amazônia, o estado do Amazonas pode ser compreendido como um espaço territorial

complexo e que os desenvolvimentistas chegaram a possíveis três grandes e complexos conjuntos estratégicos, senão vejamos:

- 1) se constitui de incomparável patrimônio biológico, no qual se encontra um terço das florestas tropicais do planeta e 30% da diversidade biológica mundial;
- 2) estratégia atmosférica, sua massa vegetal libera, por ano, 7 trilhões de toneladas de água por meio de evapotranspiração e seu incomparável patrimônio hidrológico, com cerca de 1100 afluentes por onde fluem, aproximadamente, 20% da água doce do planeta e 80% da água doce disponível no Brasil;
- 3) seu imenso patrimônio geológico, como as reservas de minérios dentre os quais aqueles de potencial para novas aplicações tecnológicas, como o nióbio e o titânio.

Sendo assim, não se pode relegar o patrimônio humano, o expressivo contingente de povos indígenas e as populações tradicionais nas quais se incluem seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e demais extrativistas primários, suas etnias e culturas, ou seja, os povos da floresta.

Visto assim, para os economistas do CEA estas constatações da realidade levam ao aprofundamento das discussões quanto aos desafios que envolvem os processos de desenvolvimento econômico regional, tendo em vista uma gama vastíssima de potenciais econômicos, de conteúdos endógenos estabelecidos na base de sua biodiversidade e, até seu aproveitamento econômico na moderna biotecnologia.

Nessas perspectivas da moderna biotecnologia, podem incluir as mudanças na função das Academias públicas e privadas, na capacitação e formação de capital humano, sob o enfoque das oportunidades tecnológicas, como características de prospectar maior força desse novo conhecimento, maiores possibilidades de novos investimentos produtivos diretos, nacionais e estrangeiros nas novas áreas de negócios.

Portanto, além do que fizeram nossos antepassados, para conquistar e manter esse imenso território com seu manancial de riquezas, os desafios são imensos para desenvolver economicamente essa região, e isso é decisivo, a concretização de tais possibilidades depende de esforços e de Planejamento Estratégico Econômico regional voltado a processos de desenvolvimento que assegure a difusão das inovações tecnológicas e organizacionais dos setores produtivos com crescentes exigências da eficiência produtiva e competitividade que impere nessas fases de transição do tradicional para o moderno.

(*) Economista, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.